

**CLAREANA DE MOURA**

**AS CRIANÇAS DEVOLVIDAS POR INTERMÉDIO DA  
ADOÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O PRINCÍPIO DA  
DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

Brasília

2016

CLAREANA DE MOURA

**AS CRIANÇAS DEVOLVIDAS POR INTERMÉDIO DA ADOÇÃO E SUA RELAÇÃO  
COM O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

Monografia apresentada como requisito  
para conclusão do curso de bacharelado  
em Direito do UniCEUB - Centro  
Universitário de Brasília.

Orientadora: Ângela Christina  
Boelhouwer Montagner

---

Brasília

2016

**CLAREANA DE MOURA**

**AS CRIANÇAS DEVOLVIDAS POR INTERMÉDIO DA ADOÇÃO E SUA RELAÇÃO  
COM O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

Monografia apresentada como requisito  
para conclusão do curso de bacharelado  
em Direito do UniCEUB - Centro  
Universitário de Brasília.

Brasília, \_\_\_\_\_

Banca examinadora

---

Professora Ângela Christina Boelhouwer Montagner  
Orientadora

---

Professor: Davi Amin Ferraz  
Examinador

---

Professora: Renata Vilas- Bôas  
Examinadora

## RESUMO

O presente trabalho buscou explicar o instituto da adoção, no que concerne ao retorno das crianças e adolescentes aos abrigos, antes mesmo de sua concretização, de acordo com a lacuna existente na legislação, visto que não há maiores explicações sobre o tema no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Com essa omissão, as crianças e adolescentes encontram-se sem amparo legal, de forma que o princípio da dignidade da pessoa humana não é observado, bem como os demais princípios referentes ao infante e a doutrina da proteção integral, em especial o princípio da afetividade. Assim, a pesquisa esclarece os princípios, um a um, bem como o procedimento da adoção e todas as suas fases, com uma pesquisa realizada na Vara da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, havendo, ao final um esclarecimento com maior profundidade a respeito do abandono afetivo que pode ser caracterizado, e a possibilidade de jurídica de condenação à reparação de danos em determinados casos.

**Palavras-chave:** Dignidade da pessoa humana. Melhor interesse da criança e do adolescente. Adoção. Devolução. Abandono Afetivo.

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>1 A DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL E OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA PROTEÇÃO DA CRIANÇA .....</b>	<b>7</b>
1.1 A DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL .....	7
1.1.1 O princípio da prioridade absoluta .....	8
1.1.2 O Princípio da Condição Peculiar da Pessoa em Desenvolvimento .....	10
1.1.3 O princípio da Corresponsabilidade .....	11
1.1.4 O princípio do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente .....	12
1.2 O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA .....	13
1.3 O PRINCÍPIO DA PATERNIDADE RESPONSÁVEL .....	16
1.4 O PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE.....	17
<b>2 ADOÇÃO .....</b>	<b>20</b>
2.1 O CONCEITO E A FINALIDADE DO INSTITUTO.....	20
2.2 AS FASES DE CADASTRO E PREPARAÇÃO DOS CADASTRADOS .....	23
2.3 A EXCLUSÃO DO VÍNCULO COM OS PAIS BIOLÓGICOS .....	26
2.4 O ESTÁGIO DE CONVIVÊNCIA .....	27
2.5 AS EXPECTATIVAS CRIADAS PELOS ADOTANDOS E O RETORNO AOS ABRIGOS.....	29
2.6 O PROCESSO DE ADOÇÃO AOS INTERESSADOS E A SEGURANÇA JURÍDICA AOS ADOTANDOS.....	31
<b>3 A POSSÍVEL APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA AO ABANDONO DOS ADOTANDOS .....</b>	<b>33</b>
3.1 A RELAÇÃO ENTRE A DEVOLUÇÃO E A NÃO OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA .....	33
3.2 A COMPARAÇÃO ENTRE ABANDONO AFETIVO E DEVOLUÇÃO .....	36
3.3 ENTREVISTA NA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE .....	39
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>46</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou esclarecer a lacuna existente atualmente no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n.º 8.069/90, no que diz respeito ao retorno dos infantes aos abrigos, antes de ser concretizado o processo de adoção. Buscou-se também identificar se esse fato acarreta a violação de determinados princípios concernentes ao infante, o que poderia ocasionar prejuízos muitas vezes irreparáveis.

Ainda que esteja claramente expresso como o procedimento da adoção deve ser realizado, com as suas fases de cadastro e preparação, o ECA não dispõe de forma adequada a respeito de determinados procedimentos, como o estágio de convivência, a guarda antes de ser recebida a adoção de fato, e o prazo que eles devem cumprir.

Para o esclarecimento desse conteúdo, é utilizada a legislação Brasileira, bem como as doutrinas e jurisprudências, além de dados específicos coletados da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal e Territórios.

Para explanar essa matéria, abordam-se no capítulo 1 os princípios relativos à proteção da infância e da juventude, discutindo, tópico a tópico, o seu significado e aplicação, sempre embasados no princípio da dignidade da pessoa humana. Com isso, é possível aferir quais direitos do infante serão violados caso haja o insucesso da adoção.

O capítulo 2 surge para esclarecer a adoção de forma detalhada, como funciona o seu processo e as etapas para a sua concretização, onde o vínculo de afetividade torna-se a cada fase maior. Nesse capítulo será questionada a inobservância de determinados princípios trabalhados no capítulo anterior.

O capítulo 3, por sua vez, tem por objetivo relacionar o retorno aos abrigos dos adotandos ao princípio da dignidade da pessoa humana, fazendo uma análise a respeito do abandono afetivo e sua aplicação em determinados casos. Ao final, há uma entrevista na Vara da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, tendo por objetivo esclarecer os principais pontos do trabalho pela visão dos profissionais das equipes técnicas integrantes.

Nesse capítulo, há também algumas conclusões a respeito da possibilidade de reparação de danos em determinados casos, havendo uma leve comparação com o instituto da Responsabilidade civil, atestando, sempre, que em nem todos os casos é possível a condenação à prestação de alimentos.

## 1 A DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL E OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA PROTEÇÃO DA CRIANÇA

O Estatuto da Criança e do Adolescente, publicado pela Lei n.º 8069/90 foi construído com o objetivo principal de substituir a doutrina do menor em situação irregular, dispondo sobre a proteção integral da criança e do adolescente, e tem como base o artigo 227 da Constituição Federal:

“Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”<sup>1</sup>

Conforme Dimas Messias de Carvalho, “o mandamento constitucional materializa a *doutrina da proteção integral da criança e do adolescente*, que irradia para todos os ramos do direito, e não apenas no direito de família.”<sup>2</sup>

Dessa forma, derivam dessa doutrina os demais princípios inerentes aos direitos da criança e do adolescente, sendo fundamental a sua aplicação ao instituto da adoção.

### 1.1 A DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL

A doutrina da proteção integral, em consonância com o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, dispõe que o dever de assegurar a proteção às crianças e adolescentes, como um direito fundamental ficou determinado à família, ao Estado e à sociedade. “A criança e o adolescente são merecedores de proteção especial no direito de família, com absoluta prioridade, incumbindo o dever de proteção aos pais, à família, à sociedade e ao poder público.”<sup>3</sup>

A Declaração Universal dos Direitos da Criança, criada pela ONU em 1959, reconheceu as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, não mais

---

<sup>1</sup> BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988. p. 144.

<sup>2</sup> CARVALHO, Dimas Messias de. *Direito das famílias*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 653.

<sup>3</sup> CARVALHO, Dimas Messias de. *Direito das famílias*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 652.



existindo assim a carência no que diz respeito à proteção e cuidados especiais, condições necessárias para seu desenvolvimento.

“A doutrina da proteção integral, por outro lado, rompe o padrão pré-estabelecido e absorve os valores insculpidos na Convenção dos Direitos da Criança. Pela primeira vez, crianças e adolescentes titularizam direitos fundamentais, como qualquer ser humano. Passamos assim, a ter um Direito da Criança e do Adolescente, em substituição do Direito do Menor, amplo, abrangente, universal e, principalmente, exigível.”<sup>4</sup>

A partir desse marco legal, foi possível a proteção relacionada a determinados quesitos específicos e necessários para seu desenvolvimento. Alguns dos exemplos mais claros seriam as proteções contra exploração, discriminação, crueldade, sua prioridade em relação ao socorro, bem como a educação e o seu desenvolvimento, tanto físico, como mental.

A proteção integral da criança e do adolescente inclui aspectos físicos, mentais, culturais, entre outros. Esse dever é compartilhado com o Estado e com a sociedade, que passam a atuar de forma subsidiária à família, quando caracterizado o abandono do infante.

“O que deve prevalecer é o direito à dignidade e ao desenvolvimento integral, e, infelizmente, tais valores nem sempre são preservados pela família. Daí a necessidade de intervenção do Estado, afastando crianças e adolescentes do contato com os genitores, colocando-os a salvo junto a famílias substitutas.”<sup>5</sup>

Foi atestado, dessa forma, todos os direitos aptos às crianças e adolescentes, ainda que concedidos a partir de seu nascimento, contudo, agora, considerando toda a proteção necessária para seu desenvolvimento. Dessa forma, a dignidade humana tornou-se direito fundamental para todos, tendo os adolescentes e as crianças o acolhimento necessário por meio da doutrina da proteção integral.

#### 1.1.1 O princípio da prioridade absoluta

No mesmo artigo 227 da Carta Magna, em consonância com o artigo 4º,

---

<sup>4</sup> AMIN, Andréa Rodrigues. *Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. p. 14.

<sup>5</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 69.

*caput*, da Lei n.º 8.069/90, é possível identificar o princípio da prioridade absoluta, incluído na proteção integral.

“Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.”<sup>6</sup>

A sua principal preocupação é estabelecer uma preferência a favor das crianças e adolescentes, em condições concernentes à saúde, educação, lazer, bem-estar, e nas demais esferas de interesses, dando a importância necessária no que diz respeito ao seu desenvolvimento.

“A maior vulnerabilidade e fragilidade das pessoas em desenvolvimento as fazem destinatários de um tratamento especial, exigindo um leque de direitos e garantias que devem ser assegurados com absoluta prioridade pela família, pela sociedade e pelo Estado, para colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão, permitindo gozar de forma plena dos seus direitos fundamentais.”<sup>7</sup>

Esse princípio incide, principalmente, em famílias, sejam elas naturais ou substitutas. Cabe à família assegurar o desenvolvimento da criança em todos os aspectos, de forma absoluta. “Recai sobre ela o dever moral natural de se responsabilizar pelo bem-estar de suas crianças e adolescentes, pelo vínculo consanguíneo ou simplesmente afetivo.”<sup>8</sup>

No que se refere a crianças e adolescentes, sobretudo quando se trata de adoção, afere-se que é necessário que haja uma prioridade, em relação às condições dos adultos, em escolhas e demais decisões. Como posso proceder ao colocar a criança em família substituta, no que concerne às suas necessidades e seu direito, de forma que haja a sua proteção integral?

Sabendo que ainda estão em desenvolvimento e que qualquer decisão tomada erroneamente poderá interferir posteriormente em sua vida, é necessário que, acima de qualquer outro parecer, leve-se em consideração o que for mais

<sup>6</sup> BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 937.

<sup>7</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das famílias*. 4. ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2007. p. 65.

<sup>8</sup> AMIN, Andréa Rodrigues. *Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. p. 20.

benéfico para o infante.

São necessárias políticas públicas que protegem a criança e o adolescente, de forma a preservar os direitos concernentes aos menores de idade, de forma que haja uma priorização pelo Estado e sociedade. Quanto à família, cabe a ela a proteção integral do infante no que diz respeito às questões de saúde, educação, lazer, e outros aspectos básicos à sua subsistência. Dessa maneira, o Estado e a sociedade irão agir de forma subsidiária à família.

### 1.1.2 O Princípio da Condição Peculiar da Pessoa em Desenvolvimento

A condição peculiar da criança é de suma importância na doutrina da proteção integral, visto que é uma forma essencial à proteção e à assistência no que se refere às leis e sua aplicação.

“Sustento que o ponto focal no qual se esteia a concepção positivada no texto constitucional é a compreensão de que – por se acharem na peculiar condição de pessoas humanas em desenvolvimento – crianças e adolescentes encontram-se em situação especial de maior vulnerabilidade, ensejadora da outorga de um regime especial de salvaguardas, que lhes permitam construir suas potencialidades humanas em sua plenitude.”<sup>9</sup>

Dessa forma, é possível aferir que o princípio da condição peculiar da pessoa em desenvolvimento permite à criança e ao adolescente obter todos os direitos inerentes aos adultos, permitindo que sejam adequadas ao seu desenvolvimento e ao seu grau de discernimento. “Crianças e adolescentes são pessoas que ainda não desenvolveram completamente a sua personalidade.”<sup>10</sup>

A adoção, no caso, deve respeitar a condição peculiar da pessoa em desenvolvimento, obtendo toda a assistência de um adulto, respeitando as suas condições de incapacidade e desconhecimento de muitos aspectos bastante relevantes para o seu crescimento, predominando o seu melhor interesse para tal. O interesse da criança e do adolescente deve sempre ter uma prioridade perante os demais. Segundo Martha de Toledo Machado:

---

<sup>9</sup> MACHADO, Martha de Toledo, *A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos*. São Paulo: Manole, 2003. p. 108-109.

<sup>10</sup> MACHADO, Martha de Toledo, *A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos*. São Paulo: Manole, 2003. p. 109.

“Em resumo, invocando-se as conceituações *juscivilistas*, mas agregando-se a elas o reconhecimento da peculiar condição ostentada por crianças e adolescentes, os atributos da *personalidade infanto-juvenil tem conteúdo distinto dos da personalidade do adulto*, porque aquela ainda está em fase de formação, de desenvolvimento de suas potencialidades humanas adultas, esta na plenitude de suas forças.”<sup>11</sup>

Sabendo que a criança ou o adolescente têm certa dificuldade em lidar com determinados assuntos, é necessário levar em consideração o seu interesse com a precaução necessária, considerando que o infante ainda está em desenvolvimento.

### 1.1.3 O princípio da Corresponsabilidade

Como um dos princípios incluídos na doutrina da proteção integral, o princípio da corresponsabilidade tem por principal objetivo garantir os direitos da criança e do adolescente, pela família, sociedade e Estado, de forma que não haja qualquer tipo de discriminação.

A responsabilidade é inerente a todos, devendo cada um arcar com a sua parte, não podendo se eximir de suas obrigações em relação às crianças e adolescentes. “Basta atentar que, em se tratando de crianças e adolescentes, é atribuído primeiro à família, depois à sociedade e finalmente ao Estado o dever de garantir com absoluta prioridade os direitos inerentes aos cidadãos em formação.”<sup>12</sup> “Risco social ou familiar em que se encontram crianças e adolescentes são mazelas produzidas pelo meio onde vivem. Cabe, portanto, ao meio resolvê-las e, principalmente, evitá-las.”<sup>13</sup>

Dessa forma, quando se trata de adoção, a responsabilidade do Estado é referente à forma de proteger a criança e o adolescente, tanto em abrigos, quanto no procedimento concernente à adoção, assegurando a sua proteção.

No caso da sociedade, cabe a ela assegurar a proteção da criança ou do

<sup>11</sup> MACHADO, Martha de Toledo, *A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos*. São Paulo: Manole, 2003. p. 115.

<sup>12</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 67.

<sup>13</sup> AMIN, Andréa Rodrigues. *Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. p. 30.

adolescente quando for caracterizado o seu abandono pela sua família biológica. Se já existe a caracterização de abandono, é papel da sociedade reverter e acolhê-los de forma que estaria cumprindo o seu papel, assegurando o seu bem-estar e tratando todos como iguais conforme estabelecido na Constituição Federal.

“Formalmente, a doutrina da proteção integral encontra-se normatizada. Torná-la real, materializá-la para colher seus frutos é tarefa de todos.”<sup>14</sup> Assim, há a corresponsabilidade dentre toda a sociedade de colocar em prática as normas inerentes à doutrina da proteção integral, de forma a proteger a criança e o adolescente em todos os aspectos.

No que trata da responsabilidade da família, seja ela consanguínea ou por adoção, que é, possivelmente, a mais importante no princípio da corresponsabilidade, não é só uma proteção referente à discriminação da criança ou do adolescente, e nem uma segurança referente ao processo, e sim, um dever moral.

Cabe à família assegurar, antes de tudo, um convívio baseado no bem-estar dos infantes, um ambiente harmonioso, repleto de afetividade e um vínculo que possa assegurar sua proteção perante os demais.

É da família a responsabilidade principal de prover e proteger a criança e o adolescente, sabendo que é o primeiro contato dele com sujeitos responsáveis de forma absoluta pelo seu bem-estar, garantindo as condições necessárias para o seu desenvolvimento e formação. Assim, a responsabilidade da sociedade e do Estado é subsidiária em relação à da família, existindo quando não caracterizada a proteção inerente a ela.

#### 1.1.4 O princípio do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente

Após a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, houve o reconhecimento da doutrina da proteção integral, sendo incluído e reconhecido o Princípio do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente.

---

<sup>14</sup> AMIN, Andréa Rodrigues. *Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. p. 30.

“Trata-se de princípio orientador tanto para o legislador quanto para o aplicador, determinando a primazia das necessidades da criança e do adolescente como critério de interpretação da lei, deslinde de conflitos, ou mesmo para a elaboração de futuras regras.”<sup>15</sup>

Acima de qualquer consequência fática ou jurídica, o interesse dos infantes deve ser levado em consideração, visto que são os destinatários da doutrina em questão. “É por esta razão que a definição de mérito só pode ser feita no caso concreto, ou seja, naquela situação real, com determinados contornos predefinidos, o que é melhor para o menor.”<sup>16</sup>

“O interesse dos pais no exercício do poder familiar não pode sobrepor-se ao interesse dos filhos e o Estado deve priorizar suas ações para atender às necessidades e resguardar o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente.”<sup>17</sup>

Ocorre que, na prática, nem sempre é levado em consideração o seu interesse, prevalecendo o interesse dos pais e responsáveis. Muitas vezes a criança incluída em abrigos desde muito tempo, é integrada a uma família natural em que não há afeto, única e exclusivamente por interesses jurídicos.

Muitas vezes as crianças são reintegradas a familiares que nem sequer sabiam de sua existência, ou que não tem interesse de obter a guarda, sendo, por vezes, implorada por eles, quando poderiam ter sido integrados a famílias que aguardam no Cadastro de adoção, repletas de afeto, além de condições básicas para a sua subsistência. “Enquanto perdura essa *via crucis*, a criança vai se tornando “filha do abrigo”, privada do direito fundamental à convivência familiar, ainda que não seja sua família consanguínea.”<sup>18</sup>

## 1.2 O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

O princípio da dignidade da pessoa humana trata, sobretudo, da condição pela qual o ser humano está submetido, em situações dignas de respeito e

<sup>15</sup> AMIN, Andréa Rodrigues. *Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. p. 28.

<sup>16</sup> PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Princípios fundamentais norteadores do direito de família*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005. p. 128.

<sup>17</sup> CARVALHO, Dimas Messias de. *Direito das famílias*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 657.

<sup>18</sup> AMIN, Andréa Rodrigues. *Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. p. 28.

relacionado também ao bem estar social.

“Portanto, o princípio da dignidade humana significa para o Direito de Família a consideração e o respeito à autonomia dos sujeitos e à sua liberdade. Significa, em primeira e última análise, uma igual dignidade para todas as entidades familiares. Neste sentido, podemos dizer que é indigno dar tratamento diferenciado às várias formas de filiação ou aos vários tipos de constituição de família.”<sup>19</sup>

O jurista e Ministro do STF, Gilmar Ferreira Mendes trata do assunto em seu livro:

“O direito à vida é por vezes referido sob um modo qualificado, num sentido amplo, a abranger não apenas a preservação da existência física, mas designando, além disso, um direito a uma vida digna. Essa expressão abarcaria o direito à alimentação, à habitação, a vestuário, a educação elementar, entre outras pretensões.”<sup>20</sup>

Não existem maiores questionamentos de que as condições essenciais para o desenvolvimento sadio para as crianças e adolescentes são em ambientes saudáveis, livres de maiores desconfortos ou de situações de risco, bem como que não haja nenhuma possibilidade de perigo, de forma a protegê-los.

Além disso, diante ao exposto, é clara a ofensa à integridade da pessoa humana caso a família constituída em vínculo que não o consanguíneo não seja considerada incluída nos padrões da sociedade, de maneira que desrespeitaria a liberdade para as relações da entidade familiar.

Dessa forma, após uma análise dos diversos quesitos da Lei, assegura-se esse direito, com o principal objetivo de conservar e proteger a criança. Seus guardiões fáticos, jurídicos, ou sejam quais forem, visam garantir esse princípio após ser atestada sua relação afetiva.

Ainda que muitos considerem um processo burocrático, repleto de formalidades, trata-se de garantir as condições já citadas, bem como o ambiente necessário para que seja criado ou já desenvolvido o afeto.

<sup>19</sup> MANERICK, Rosa Maria dos Santos. *O princípio fundamental da dignidade da pessoa humana e sua efetividade no direito de família*, 2006. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Artigo%20Rosa%20Maria%20dos%20Santos%20Manerick.pdf>> Acesso em: 27 jul. 2016.

<sup>20</sup> MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de direito constitucional*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 294.

O princípio da Dignidade da Pessoa Humana está ligado com o Princípio da Proteção Integral, onde ambos visam assegurar um melhor desenvolvimento para a criança e o adolescente, e um melhor convívio social com seus responsáveis e com os demais.

“A dignidade, portanto, é o atual paradigma do Estado Democrático de Direito, a determinar a funcionalização de todos os institutos jurídicos à pessoa humana. Está em seu bojo a ordem imperativa a todos os operadores do Direito de despir-se de preconceitos – principalmente no âmbito do Direito de Família -, de modo a se evitar tratar de forma indigna toda e qualquer pessoa humana, principalmente na seara do Direito de Família, que tem a intimidade, a afetividade e a felicidade como seus principais valores.”<sup>21</sup>

A dignidade é uma condição intrínseca, intimamente ligada à essência, direitos que são imprescindíveis para o reconhecimento do ser humano como pessoa de direitos, e quando é violada, viola também aspectos ligados intrinsecamente à criança ou adolescente, relacionado aos sentimentos e sensações, podendo caracterizar danos morais muitas vezes irreversíveis.

Destarte, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227 explicita a dignidade da criança e do adolescente, de forma que a realização do que foi exposto no artigo é relacionado com a materialização do princípio, junto ao respeito às crianças e adolescentes, que tal “respeito provém da tutela que a própria Constituição faz de bens jurídicos prioritários, como o direito fundamental de viver em família”<sup>22</sup>, conforme afirma Sávio Bittencourt. Assim podemos aferir que a família é uma das responsáveis pela dignidade da pessoa humana, principalmente no que diz respeito a crianças e adolescentes.

Com efeito, a doutrina da proteção integral em consonância com o principal meio de valoração da pessoa humana, o princípio da dignidade humana, são os principais meios para reconhecer as condições da adoção, bem como verificar o que a infringe e o que deve ser modificado.

---

<sup>21</sup> PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Princípios fundamentais norteadores do direito de família*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005. p. 106.

<sup>22</sup> BITTENCOURT, Sávio. *A nova lei de adoção: do abandono à garantia do direito à convivência familiar e comunitária*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 31.



### 1.3 O PRINCÍPIO DA PATERNIDADE RESPONSÁVEL

A paternidade responsável está prevista no artigo 227 da Constituição Federal de 1988, além de estar prevista nos artigos 3º e 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, e no art. 1.566, inciso IV do Código Civil.

“Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.”<sup>23</sup>

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 1.566. São deveres de ambos os cônjuges:

[...]

IV – sustento, guarda e educação dos filhos;”<sup>24</sup>

O princípio da paternidade responsável diz respeito à obrigação tida pelos pais ou responsáveis de dar assistência intelectual, moral, afetiva e material aos seus filhos, e pode-se estender seu campo de aplicação para a assistência dada aos adotados também, visto que a Constituição Federal de 1988 não distingue os filhos por vínculo consanguíneo, dos filhos pelo vínculo da afetividade, mais precisamente da adoção, segundo o art. 227, §6º da Carta Magna.

“Os princípios da paternidade responsável e do planejamento familiar podem ser desmembrados dos princípios da liberdade e da dignidade da pessoa humana, ao conferir responsabilidade aos genitores, cônjuges e companheiros no planejamento familiar e criação adequada dos filhos, observando o melhor interesse da criança, econômico, emergencial, afetivo, educacional, social e convivencial. Um complementa o outro.”<sup>25</sup>

Trata-se de uma garantia fundamental que, em consonância com o

<sup>23</sup> BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 937.

<sup>24</sup> BRASIL. *Código Civil*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 261.

<sup>25</sup> CARVALHO, Dimas Messias de. *Direito das famílias*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 113.

princípio da dignidade da pessoa humana e da doutrina da proteção integral, é própria à criança ou adolescente, devendo ser seguida por qualquer que seja o pai ou o responsável legal, visto que a paternidade responsável é uma condição essencial para a formação da família nas condições estabelecidas por lei.

“Planejado livremente pela pessoa ou casal a gravidez ou adoção, assumem os pais dever de assistir, criar e educar os filhos, ou seja, dever de cuidados, observando a absoluta prioridade assegurada à criança e ao adolescente pela família, sociedade e Estado.”<sup>26</sup>

Em consonância com a criação de uma família biológica, a decisão de adotar depende de um estudo reflexivo intrínseco, perante a família e às condições não só financeiras, como morais, emocionais, entre outras, para que assim, posteriormente, seja tomada a atitude de se iniciar o procedimento de adoção, visto que demanda uma série de aspectos para tal, evitando que seja configurado, novamente, o abandono afetivo. “A adoção cria um vínculo fictício de paternidade-maternidade-filiação entre pessoas estranhas, análogo ao que resulta da filiação biológica.”<sup>27</sup>

Até mesmo após dar início ao procedimento, no estágio de convivência para a adoção ser concretizada, quando é atestada a convivência do casal com a criança ou o adolescente, criando laços de afetividade e, na maioria das vezes, criando vínculos de pais e filhos, esse princípio deve ser cumprido, visto que existe grande expectativa da paternidade ser concretizada.

#### 1.4 O PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE

O princípio da afetividade tem por principal sentido, a expressão da família em seus mais diversos aspectos, seja ela monoparental, socioafetiva, dentre outras, demonstrando que o Direito tem acompanhado a evolução da sociedade, no que diz respeito a sociedade familiar. Maria Berenice Dias considera como o “princípio norteador do direito das famílias.”<sup>28</sup>

---

<sup>26</sup> CARVALHO, Dimas Messias de. *Direito das famílias*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 113-114.

<sup>27</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 483.

<sup>28</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 72.

A Constituição Federal de 1988 abrange os fundamentos para reger a democracia e as relações sociais de forma igualitária perante todos, contudo, o legislador nunca tratou, explicitamente, da palavra afeto, em quaisquer artigos.

Entretanto, é possível aferir por meio das entrelinhas o princípio da afetividade presente na Carta Magna no art. 227, §6º:

“Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 5º A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros.

§ 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.”<sup>29</sup>

O artigo supracitado versa a respeito dos direitos sobre os filhos, sem que haja distinção dentre os havidos pelo vínculo de afetividade e dos demais, havidos pelo vínculo da consanguinidade, colocando-os no mesmo patamar em que se trata de afetividade. Nesse sentido, aduz Dimas Messias de Carvalho:

“O princípio da afetividade, portanto, resulta da convivência familiar, de atos exteriorizados, de condutas objetivas demonstrando o afeto familiar de seus membros na constituição e manutenção das famílias, capaz de gerar vínculos jurídicos como a paternidade socioafetiva.”<sup>30</sup>

O princípio da afetividade, nesse caso, é o principal fator que admite as relações familiares sem que haja, necessariamente, o vínculo consanguíneo. Assim, a posse de estado de filho nada mais é do que o reconhecimento jurídico do afeto, com o claro objetivo de atingir a felicidade, como um direito a ser alcançado. “O

---

<sup>29</sup> BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988. p. 144-145.

<sup>30</sup> CARVALHO, Dimas Messias de. *Direito das famílias*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 103.

afeto não é somente um laço que envolve os integrantes de uma família.”<sup>31</sup>

Além disso, toda relação em que não há consanguinidade é regida pelo afeto, podendo ser referido como um dos principais responsáveis pelo instituto da adoção. “Assim, a posse de estado de filho nada mais é do que o reconhecimento jurídico do afeto, com o claro objetivo de garantir a felicidade, como um direito a ser alcançado.”<sup>32</sup>

Ocorre que o vínculo do afeto não é imediato, e por isso o procedimento da adoção demanda certo tempo. Entre o início do procedimento e o final, após passar pelas diversas fases de reuniões, bem como exames psicossociais atestando as condições familiares para tal, existe o estágio de convivência. É nele que é criada ou aumentada a afetividade entre a criança ou o adolescente e seus futuros guardiões fáticos, não havendo desculpas para uma possível incompatibilidade posterior.

O vínculo de afetividade criado pela criança ou adolescente é tão significativo quanto ao dos pais com o adotando, e deve ser respeitado, de forma a preservar o seu interesse. É por ele que são criados os laços que farão com que a família seja formada e a adoção seja concretizada. Qualquer decisão que venha a ser tomada de forma precipitada e sem levar em consideração a afetividade com o infante pode gerar danos irreparáveis no futuro.

---

<sup>31</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 71.

<sup>32</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 71.

## 2 ADOÇÃO

A adoção, dentre as demais espécies de colocação em família substituta, é a que traz mais alterações no desenvolvimento criança ou adolescente, visto que é acolhido e recolocado em uma família, de forma que a convivência presume-se eterna, lidando com a criança ou adolescente como integrantes do núcleo familiar, sem que haja diferenciação entre os demais.

“Quando se fala em adoção pensa-se sempre naquelas pessoas que, em busca de um filho escolhem uma criança que preenche suas expectativas e a levam para a casa, complementando, assim, a família. Na maioria dos casos, dá-se o contrário, pois a escolha não é realizada pelos adultos, mas pela criança/adolescente.”<sup>33</sup>

Sabe-se que a relação desenvolvida dentre os responsáveis legais e os infantes é equivalente à filiação natural, estabelecida na Constituição Federal de 1988, havendo, dessa forma, por meio dos instrumentos necessários que serão tratados a seguir, um vínculo de parentesco civil de filiação, respeitando, sobretudo, o seu melhor interesse.

### 2.1 O CONCEITO E A FINALIDADE DO INSTITUTO

É possível identificar na doutrina uma série de autores que mencionam o instituto da adoção. Arnaldo Wald considera uma ficção jurídica que cria o parentesco civil. “É um ato jurídico bilateral que gera laços de paternidade e filiação entre as pessoas pelas quais tal relação inexiste naturalmente.”<sup>34</sup>

Já Maria Helena Diniz trata o instituto da seguinte forma: “a adoção é um instituto de caráter humanitário, que tem por um lado, por escopo, dar filhos àqueles a quem a natureza negou e por outro lado uma finalidade assistencial, constituindo um meio de melhorar a condição moral e material do adotado.”<sup>35</sup>

A adoção consagra a paternidade socioafetiva, baseando-se “não em fator biológico, mas em fator sociológico”<sup>36</sup>, ou seja, não é necessária a ligação

<sup>33</sup> BORDALHO, Galdino Augusto Coelho. *Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. p. 171.

<sup>34</sup> WALD, Arnaldo. *O novo direito de família*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 197.

<sup>35</sup> DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 346.

<sup>36</sup> VELOSO, Zeno. *Direito Brasileiro da filiação e paternidade*. São Paulo: Malheiros, 1997. p. 160.

biológica para que haja o vínculo familiar, de forma que quem acolheu uma pessoa como filho, no âmbito da afetividade, torna-se pai, mãe, ou responsável.

Os filhos adotivos têm seus direitos igualados com os filhos consanguíneos, pelo disposto no artigo 227, parágrafo 6º da Constituição Federal, “os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.”<sup>37</sup> O vínculo obtido pelos pais e seus descendentes, sejam eles havidos da adoção ou não, possui a mesma dignidade constante no vínculo das relações consanguíneas, sem que haja qualquer tipo de distinção entre eles.

Segundo Galdino Bordallo, é possível identificar diversas classificações quanto à natureza jurídica do instituto da adoção; Plácido e Silva diz que é um “ato solene”<sup>38</sup>; José de Faria Tavares conceitua como um “ato judicial complexo (...) que transforma, por ficção jurídica, sob total discricção, um estranho em filho do adotante, para todos os fins de direito e para sempre.”<sup>39</sup> “Todos os conceitos, porém, por mais diversos, confluem para um ponto comum: a criação de vínculo jurídico de filiação.”<sup>40</sup>

O instituto da adoção existe desde a antiguidade, tendo sido modificado por diversas vezes. De uma forma em que só poderia adotar a família que não pudesse, por motivos diversos, obter um filho de forma natural, atualmente a adoção tem um caráter assistencialista, tendo por objetivo conceber uma família a quem não tem, voltando o seu foco principal ao melhor interesse das crianças e adolescentes. Essas alterações ocorreram a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Dessa forma, a Constituição Federal de 1988 “extinguiu as diferenças entre os filhos e vedou qualquer forma de discriminação na filiação, biológica ou afetiva.”<sup>41</sup>

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n.º 8.069/90, regula a

<sup>37</sup> BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988. p. 144.

<sup>38</sup> SILVA, Plácido e. *Vocabulário jurídico*. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999. p. 40.

<sup>39</sup> TAVARES, José de Faria. *Direito da infância e da juventude*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. p. 149.

<sup>40</sup> BORDALHO, Galdino Augusto Coelho. *Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. p. 179

<sup>41</sup> CARVALHO, Dimas Messias de. *Direito das famílias*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 650

adoção, em consonância com a doutrina da proteção integral, sendo promulgado após a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, estabelecendo os direitos dos infantes.

“A atual doutrina da proteção integral e vedação de qualquer forma de discriminação na filiação rompeu a concepção tradicional e a ideologia do assistencialismo e da institucionalização da adoção, extinguindo sua natureza contratual e uma paternidade de segunda classe, que privilegiava o interesse e a vontade dos adultos na busca de uma criança para uma família. A adoção, agora, significa também, e talvez muito mais, a busca de uma família para uma criança.”<sup>42</sup>

É ato unilateral, dependendo apenas da vontade dos adotantes no que diz respeito a crianças menores de 12 anos de idade, não se levando em consideração a sua vontade, com a justificativa de que se trata de menor incapaz. Começa a produzir efeitos a partir de sentença judicial. “A partir do momento em que é constituída pela sentença judicial e é retificado o registro de nascimento, o adotado é filho.”<sup>43</sup>

Quando se trata de crianças maiores de 12 anos, comumente consideradas como adolescentes, em que os pais biológicos ainda exerçam o poder familiar, é necessária a oitiva do infante, juntamente com a oitiva das partes, de forma que o adotante, o adotado, os responsáveis legais e, eventualmente, os pais biológicos constituam um consenso, havendo o deferimento ou não da adoção pela autoridade competente. Eles serão ouvidos pela equipe multidisciplinar responsável, visto que são pessoas capacitadas para terem essa percepção, elemento para a formação da convicção do juiz.

Após os atos de caráter judicial, juntamente à Vara da Infância e da Juventude, são estabelecidas as fases que determinam o vínculo de afeto, da inclusão efetiva nas famílias determinadas. Desse modo, é alcançada a “finalidade da moderna adoção: oferecer um ambiente familiar favorável ao desenvolvimento de uma criança que, por algum motivo, ficou privada de sua família biológica.”<sup>44</sup>

---

<sup>42</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das famílias*. 4. ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2007. p. 426

<sup>43</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das famílias*. 4. ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2007. p. 484.

<sup>44</sup> GRANATO, Eunice Ferreira Rodrigues. *Adoção: doutrina e prática com abordagem do novo Código Civil*. Curitiba: Juruá, 2003. p. 26.

## 2.2 AS FASES DE CADASTRO E PREPARAÇÃO DOS CADASTRADOS

Antes de iniciar, é necessário aferir os papéis do adotante e do adotado no que se trata de adoção.

Adotante é o que, de alguma forma, inicia o processo de adoção. Entre os requisitos, determina a lei que o adotante deve ter mais de 18 anos e ser 16 anos mais velho que o adotado<sup>45</sup>. Para que haja uma adoção conjunta, é necessário que as pessoas sejam casadas ou vivam em União Estável. “Permite-se que o cônjuge ou companheiro adote o filho do outro, mantendo-se, neste caso, os vínculos de filiação e parentesco, na chamada adoção *unilateral* ou *singular*.”<sup>46</sup> Além disso, será atestado no decorrer do processo que o adotante tenha “idoneidade, responsabilidade para assumir o ato de tamanha importância, aptidão para ser pai e ambiente familiar adequado, sob pena de indeferimento do pedido de adoção.”<sup>47</sup>

É primordial que haja o interesse do Adotante para que a adoção seja concretizada, e assim, seja incluído o infante em algum lar que possa suprir todas as suas necessidades. Sabendo de sua importância, o Estado dá ao adotante todas as informações necessárias para que o ato se concretize como participação em palestras, encontros com equipes interprofissionais, preparação de forma completa, passando por formalidades necessárias para atestar suas verdadeiras condições para concretizar o ato.

O adotado, em contrapartida, é aquele indivíduo cujo, por decorrência de eventual abandono, ou alguma situação fática, encontra-se em condições de adoção. Ele pode ter sido abandonado, ou pode ter sido entregue uma vez prestado o consentimento dos pais biológicos para a adoção desse filho. Pode ser capaz ou incapaz, desde que dentro dos requisitos legais. “São passíveis de adoção, portanto, todas as crianças e adolescentes que não tenham possibilidade de reintegração familiar ou que não possuam família natural.”<sup>48</sup>

---

<sup>45</sup> BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 940.

<sup>46</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das famílias*. 4. ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2007. p. 677

<sup>47</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das famílias*. 4. ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2007. p. 684.

<sup>48</sup> BORDALLO, Galdino Augusto Coelho. *Curso de direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. p. 181.



As equipes interprofissionais dos Tribunais elaboram, periodicamente, relatórios constando os principais dados das crianças abrigadas, de forma a relacionar as condições de determinada criança a respeito de sua adoção, depois de atestado de que não há a possibilidade de reintegração familiar. “A destituição do poder familiar se dará como pressuposto lógico da decretação da adoção.”<sup>49</sup> Tal determinação passou a existir a partir da Lei 12.010/09, pelo artigo 50 do ECA, exigindo o cadastro das crianças e adolescentes em cada comarca, e a cada seis meses, as equipes interprofissionais permanecem acompanhando as crianças abrigadas, fazendo o acompanhamento necessário.

Pela coleta de dados dos adotantes e das crianças abrigadas, é possível cruzar as informações necessárias para que os cadastrados possam dar, efetivamente, início ao procedimento.

“Ao cruzar as informações, será possível localizar menores com o perfil desejado pelos adotantes em diferentes lugares, bem como averiguar os locais em que o processo não está funcionando adequadamente e as razões dos entraves, já que será constantemente atualizado.”<sup>50</sup>

Demonstrado o interesse dos adotantes para a concretização da adoção, são necessários diversos documentos pré-determinados na Lei, que atestam a sua saúde física, psicológica, idoneidade moral, entre outros. Sendo assim, haverá a fase de estudos psicossociais pelas equipes interprofissionais da Vara da Infância e da Juventude. Destarte, após uma análise pelo magistrado, ele poderá determinar que a criança ou adolescente seja entregue, de forma liminar, por meio do termo de guarda.

“Uma vez encaminhado e processado o pedido, seguem-se algumas medidas para aferir a condição pessoal, social e econômica dos candidatos a adotante. Verifica-se a capacidade emocional, afetiva e intelectual, o que será apurada através da ouvida do casal de adotantes, ou do adotante, com a apresentação, inclusive, de um estudo psicossocial, se necessário, para o fim de serem apurados o equilíbrio psíquico, afetivo e moral, e a normalidade da vida familiar.”<sup>51</sup>

Os adotantes participarão por avaliações das equipes multidisciplinares, havendo uma série de palestras e cursos. O processo de adoção é sempre na Vara

---

<sup>49</sup> BORDALLO, Galdino Augusto Coelho. *Curso de direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. p. 197.

<sup>50</sup> CARVALHO, Dimas Messias de. *Direito das famílias*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 652.

<sup>51</sup> RIZZARDO, Arnaldo. *Direito de família*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 512.

da Infância e da Juventude, e não necessita de advogado particular, não podendo, em hipótese alguma, ser realizada por procuração. Os Defensores Públicos atuam no processo. “No curso da habilitação o pretendente será entrevistado pela equipe interprofissional do juízo que emitirá parecer informando se a pessoa tem condições de adotar.”<sup>52</sup>

Somente serão dispensados do prévio cadastro de adoção, as pessoas que se enquadram numa das hipóteses previstas no parágrafo 13 do artigo 50 da Lei nº 8.069/90:

“Art. 50. A autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um registro de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e outro de pessoas interessadas na adoção.

[...]

§ 13. Somente poderá ser deferida adoção em favor de candidato domiciliado no Brasil não cadastrado previamente nos termos desta Lei quando:

I - se tratar de pedido de adoção unilateral;

II - for formulada por parente com o qual a criança ou adolescente mantenha vínculos de afinidade e afetividade;

III - oriundo o pedido de quem detém a tutela ou guarda legal de criança maior de 3 (três) anos ou adolescente, desde que o lapso de tempo de convivência comprove a fixação de laços de afinidade e afetividade, e não seja constatada a ocorrência de má-fé ou qualquer das situações previstas nos arts. 237 ou 238 desta Lei.”<sup>53</sup>

Dessa forma, a dispensa do cadastro de adoção se dá quando já existe de fato algum vínculo afetivo com a criança ou adolescente, caso em que a inclusão no cadastro para a adoção seria morosa e poderia ser prejudicial ao infante, pois sua adoção poderia ser concretizada por terceiro que ainda não obtém o vínculo de afeto.

---

<sup>52</sup> BORDALLO, Galdino Augusto Coelho. *Curso de direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. p. 197.

<sup>53</sup> BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 941-942.

### 2.3 A EXCLUSÃO DO VÍNCULO COM OS PAIS BIOLÓGICOS

A destituição do poder familiar dos pais biológicos se dá após uma audiência designada pelo Juiz para a sua oitiva, confirmando a vontade previamente manifestada. Deverá também haver o consentimento caso o adolescente seja maior de 12 anos, conforme preceitua o artigo 45, §2º do Estatuto da Criança e do Adolescente.<sup>54</sup>

É necessário o consentimento dos pais biológicos para que seja extinto qualquer vínculo. “Dispensa-se o consentimento dos pais apenas se forem desconhecidos ou destituídos do poder familiar.”<sup>55</sup> Na hipótese de perda, os pais não exercerão qualquer interferência no processo de adoção. Caso não haja o consentimento dos pais biológicos, o pedido de adoção é suspenso, e caso haja um processo requerendo a suspensão do poder familiar, é assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme o devido processo legal. “Somente após o trânsito em julgado, se procedente a ação, poderá ser deferida a adoção sem a autorização dos pais biológicos.”<sup>56</sup>

Além do exposto, com o objetivo de reintegrar o infante a sua família extensa, medida entendida pelo Estado como eficaz, há a prioridade de ser adotado pelos demais parentes naturais, dando preferência para eles como responsáveis legais, sabendo que “a manutenção ou reintegração de criança ou adolescente a sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência, caso em que esta será incluída em programas de orientação e auxílio.”<sup>57</sup>

De acordo com Maria Berenice Dias, “apesar de os efeitos da adoção só terem início a partir do trânsito em julgado da sentença (ECA 199-A), até a data da publicação o consentimento é retratável (ECA 166, §5º).”<sup>58</sup>. O fato de não concordarem com a adoção não leva, imediatamente a sua revogabilidade, sendo assim analisados os princípios relativos ao melhor interesse do menor, de acordo com o caso.

---

<sup>54</sup> BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 941.

<sup>55</sup> CARVALHO, Dimas Messias de. *Direito das famílias*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 679.

<sup>56</sup> CARVALHO, Dimas Messias de. *Direito das famílias*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 680.

<sup>57</sup> BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 938.

<sup>58</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 506.

Sabendo que não é possível que haja a revogação da adoção, após concretizado o ato perante todas as suas etapas e transitado em julgado, não há a restauração do poder familiar dos pais biológicos em qualquer que seja a hipótese. Sendo assim, “nem mesmo a morte dos adotantes permite o restabelecimento do poder familiar dos pais biológicos, nem retorna o vínculo do parentesco anterior.”<sup>59</sup>

Com a finalidade de evitar o desamparo da criança ou adolescente, “a integração do filho adotivo na nova família é completa, com todos os direitos e deveres, inclusive os sucessórios.”<sup>60</sup> Em sua certidão, ainda, passa a constar a identificação de seus avós, maternos e paternos.

## 2.4 O ESTÁGIO DE CONVIVÊNCIA

Regulado apenas pelo artigo 46 da Lei n.º 8069/90<sup>61</sup>, o estágio de convivência não obteve a relevância necessária no que diz respeito à sua regulamentação. Tem por principal objetivo atestar a capacidade da família no que diz respeito ao recebimento da criança ou adolescente em seu lar, com acompanhamento das equipes interprofissionais da Vara da Infância e da Juventude.

“O estágio de convivência é o período de avaliação da nova família, a ser acompanhado pela equipe técnica do Juízo, com o intuito de verificar-se quanto à adaptação recíproca entre adotando e adotante. Esta aferição se faz extremamente necessária, pois não basta que o adotante se mostre pessoa equilibrada e que nutre grande amor pelo próximo, uma vez que breve e superficial contato nas dependências do Juízo não garante aquilatarem-se as condições necessárias de um bom pai ou boa mãe.”<sup>62</sup>

O estágio de convivência é extremamente necessário para atestar a possibilidade da pretensa família adotiva obter as condições necessárias para a concretização da adoção.

A legislação não especifica o prazo determinado para a guarda provisória e o estágio de convivência, não havendo, desse modo, como atestar o tempo pelo

<sup>59</sup> GRANATO, Eunice Ferreira Rodrigues. *Adoção: doutrina e prática com abordagem do novo Código Civil*. Curitiba: Juruá, 2003. p. 89.

<sup>60</sup> GRANATO, Eunice Ferreira Rodrigues. *Adoção: doutrina e prática com abordagem do novo Código Civil*. Curitiba: Juruá, 2003. p. 91.

<sup>61</sup> BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 941.

<sup>62</sup> BORDALLO, Galdino Augusto Coelho. *Curso de direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. p. 213

qual a criança ou o adolescente vai ficar sob os cuidados de seus futuros pais, caso a adoção seja concretizada. Cabe ao Juiz da Vara da Infância e da Juventude atestar um prazo, caso a caso, dessa guarda provisória.

Somente serão dispensados do estágio de convivência “se o adotando já estiver sob a tutela ou guarda legal do adotante durante tempo suficiente para que seja possível avaliar a convivência da constituição do vínculo.”<sup>63</sup>. Todos esses atos serão acompanhados pelo Ministério Público.

As equipes interprofissionais das Varas da Infância e da Juventude também continuam acompanhando durante o estágio de convivência, de forma que elaboram os relatórios detalhadamente a respeito da convivência dos futuros adotantes e das crianças e adolescentes, posteriormente apresentados ao juiz para a elaboração de sua decisão.

É necessário, no estágio de convivência, a oitiva, por meio da equipe interprofissional, da criança ou adolescente, “respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada.”<sup>64</sup>, de acordo com a sua condição peculiar e o seu melhor interesse.

Somente após o estágio de convivência, a adoção poderá ou não ser deferida, quando atestados os seus objetivos e todos os requisitos de proteção integral da criança ou do adolescente, conforme leciona Dimas Carvalho:

“A adoção somente será deferida se constituir efetivo benefício para o adotando e fundar-se em motivos legítimos (art. 43, da Lei n. 8069/90), restando indeferida se o adotante revelar incompatibilidade para exercer a paternidade ou não oferecer ambiente familiar adequado.”<sup>65</sup>

Após o estágio de convivência e a guarda provisória, os pareceres do Ministério Público, a juntada de todos os relatórios de estudos psicossociais, será proferida a sentença, atestando, dessa forma, o vínculo da adoção.

Só depois de proferida a sentença, a adoção será ato irrevogável. A única

---

<sup>63</sup> BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 941.

<sup>64</sup> BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 939.

<sup>65</sup> CARVALHO, Dimas Messias de. *Direito das famílias*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 677.

forma de reverter, é se houver a destituição do poder familiar. É o meio de revogação pela via transversa da adoção. Os vínculos biológicos só serão desfeitos com a conclusão dos autos de Destituição de Poder Familiar. “Não cabe, porém, aos pais, destituídos do poder familiar, intervir no processo de adoção.”<sup>66</sup> “Eventual arrependimento posterior à sentença é ineficaz, eis que a sentença é constitutiva da adoção.”<sup>67</sup>

## 2.5 AS EXPECTATIVAS CRIADAS PELOS ADOTANDOS E O RETORNO AOS ABRIGOS

Ainda que o processo de adoção determine uma série de garantias jurídicas e fases para a sua concretização, muitas vezes, o ato não é concretizado, causando um possível abandono da criança ou do adolescente.

A convivência com os filhos adotivos pode se tornar, muitas vezes, repleta de conflitos, contudo, não há relação parental que não seja difícil.

Assim, após todo esse processo, se, durante esse período de convívio dos adotantes com a criança ou adolescente houver a chamada popularmente de “devolução” do infante para os abrigos, há um claro desrespeito à dignidade da pessoa humana, de forma que poderia ser caracterizado até mesmo o seu abandono afetivo.

O acolhimento em abrigos é visto pela legislação brasileira como medida de caráter provisório e excepcional, visto que há certa impossibilidade de criação de laços com alguma família, evitando as condições já estabelecidas de princípios morais e sociais para tal.

As crianças e adolescentes, de uma forma constante, muito embora sejam “escolhidos” para que comece esse convívio com seus prováveis adotantes, retornam aos abrigos e à situação anterior, acumulando possíveis traumas que serão inerentes a eles.

“Durante a participação do programa, desde que recomendável, devem os

---

<sup>66</sup> GRANATO, Eunice Ferreira Rodrigues. *Adoção: doutrina e prática com abordagem do novo Código Civil*. Curitiba: Juruá, 2003. p. 104.

<sup>67</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 506.

postulantes manter contato com menores em condições de ser adotados, estimulando a reciprocidade, o afeto, e preparando os interessados para o exercício da paternidade ou maternidade responsável.”<sup>68</sup>

Além disso, muitas vezes quando retornam, as crianças e adolescentes já possuem idade avançada - com a expectativa de que seriam adotados quando ainda bebês - idade pela qual não está nos índices elaborados pela Vara da Infância e da Juventude, elencados ao final do terceiro capítulo. Normalmente os adotantes cadastrados preferem crianças mais jovens, de preferência bebês, e quando retornam aos abrigos, suas chances de serem adotados ficam cada vez mais remotas, visto que ficam fora dos índices comumente almejados.

“E, a medida que o tempo passa, as crianças tornam-se “inadotáveis”, palavra feia, quase um palavrão, que significa crianças que ninguém quer, seja porque já não são bebês, seja porque não são brancas, não são perfeitas, ou são portadoras de necessidades especiais.”<sup>69</sup>

Destarte, o Estatuto da Criança e do Adolescente determina que sempre que possível as pessoas interessadas a adotar devem ser incentivadas a visitar os abrigos. Contudo, cada pessoa que entra no abrigo cria um vínculo e expectativas nas crianças, ocorrendo outra frustração caso não ocorra a adoção.

Além disso, muitas vezes a futura família adotiva, em seu estágio de convivência, passa a chamar a criança ou adolescente de outro nome, sabendo que é possível a sua alteração após a sentença do processo de adoção. O parágrafo 5º do artigo 47 estabelece que “a sentença conferirá ao adotado o nome do adotante e, a pedido de qualquer deles, poderá determinar a modificação do prenome”.<sup>70</sup> Assim, a criança ou o adolescente se adapta a sua nova realidade por completo, quando, posteriormente, são entregues aos abrigos, caracterizando mais uma vez o abandono afetivo, já ocorrido quando incluído nos cadastros de adoção e restituído quando retornam aos abrigos.

Ou seja, é claro o relevante problema em aspectos psicológicos que essa criança ou adolescente poderá sofrer, caso retorne ao abrigo posteriormente. Os adotantes não podem, simplesmente, “devolver” os infantes, como costumeiramente nomeado por apresentarem algum “defeito”, sem que sejam atestadas as

---

<sup>68</sup> CARVALHO, Dimas Messias de. *Direito das famílias*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 676.

<sup>69</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 508.

<sup>70</sup> BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 941.

expectativas das crianças e adolescentes em relação àquela adoção. Os infantes querem atestar que não serão abandonados novamente, para que não se repita a frustração que foi causada.

## 2.6 O PROCESSO DE ADOÇÃO AOS INTERESSADOS E A SEGURANÇA JURÍDICA AOS ADOTANDOS

Sabendo de todo o exposto anteriormente, bem como a adoção, seus requisitos, o processo para a sua concretização e, finalmente, a sentença atestando o registro da criança ou do adolescente da forma determinada, há de se verificar que o processo possui toda a segurança jurídica necessária, de forma que, ainda que seja tratado como um procedimento moroso, essa morosidade é necessária para garantir a proteção integral dos infantes, sem que haja prejuízos para o infante, protagonista dessa relação e processo. Contudo, não é dessa forma que ocorre, devendo ser analisados alguns dos pontos pelos quais a legislação foi omissa, esquecendo-se do Princípio do Melhor Interesse da Criança ou e do Adolescente.

Para preservar a criança ou adolescente que será adotado, não existe mais a identificação no registro de nascimento da criança quanto a adoção, o que ocorria antigamente. “Esse registro deve assinalar os nomes dos adotados e adotantes como filhos e pais.”<sup>71</sup> O registro original do adotado, se houver, é cancelado, não deixando quaisquer resquícios sobre o ato. “Seus dados, todavia, permanecem disponíveis sob sigilo, para eventual requisição de autoridade judiciária.”<sup>72</sup> Dessa forma, o infante e a família interessada em sua adoção prosseguem com a segurança jurídica que o processo exige. “Tais medidas têm por objetivo a total elisão com a filiação consanguínea e a total integração à nova família.”<sup>73</sup> Segundo Dimitri Messias de Carvalho,

“É conferido ao adotado o nome de família dos adotantes, podendo-se, até mesmo, modificar o prenome (art. 47, parágrafos 1, 5 e 6 do ECA), devendo, neste caso, ser ouvido o menor, sendo necessário seu consentimento se contar com mais de 12 anos.”<sup>74</sup>

<sup>71</sup> LÔBO, Paulo. *Famílias: direito civil*. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 261.

<sup>72</sup> VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito Civil: direito de família*, 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 296

<sup>73</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito de família*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 6. p. 402

<sup>74</sup> CARVALHO, Dimitri Messias de. *Direito das famílias*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 682.



Hugo Nigro Mazzilli diz ainda que

“Nada recomenda que na certidão de nascimento haja discrepância entre o nome dos pais adotivos e dos avós de sangue, gerando embaraços e problemas para a integração do menor à nova família. Com efeito, as distinções entre as formas de filiação natural e civil, para fins de reconhecimento de direitos e qualificações, estão vedadas constitucionalmente, sendo que, em nome da tutela da intimidade, o acesso ao inteiro teor do ato de adoção só pode ser facultado a quem tenha legítimo interesse, a critério da autoridade judiciária.”<sup>75</sup>

As citadas alterações foram trazidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente com o objetivo principal de trazer segurança jurídica ao processo.

“As mudanças introduzidas pela nova lei, com as adequações no Estatuto da Criança e do Adolescente, visam agilizar a adoção de menores no país e também possibilitar o rápido retorno às suas famílias das crianças que estejam em programa de acolhimento familiar ou institucional. Mas como, por outro lado, não se pode abrir mão de certas exigências, que permitem ao Judiciário conhecer a pessoa que quer adotar, o impasse levou o legislador a instituir alguns procedimentos que conflitam com a idéia de agilização desejada por todos.”<sup>76</sup>

Ocorre que quanto ao retorno aos abrigos o processo de Adoção é omissivo. Pode conferir segurança jurídica ao processo no que se trata dos cadastros dos adotantes e adotandos e seu registro, contudo, não dispõe a respeito do verdadeiro interesse dos infantes quanto a sua devolução, estipulando apenas o prazo do estágio de convivência, que muitas vezes não é seguido pelos tribunais.

Além disso, visto todas as fases que visam a segurança do processo, como as reuniões com as equipes interprofissionais, as palestras e todos os requisitos que atestam a aptidão de formalizá-lo, em determinados casos, não poderia se falar em retorno aos abrigos das crianças e adolescentes muito próximos de serem adotados, após um grande período de convivência, havendo oportunidade anterior para desistir do ato, antes de exercer grande influência na vida do adotado, criando não só um vínculo de afeto, como também alimentando as esperanças do infante possuir uma família, com as condições dignas para todo o ser humano.

---

<sup>75</sup> MAZZILLI, Hugo Nigro. *Notas sobre a adoção*, 1990. p. 35-36. Disponível em: <<http://www.mazzilli.com.br/pages/artigos/adocaort.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

<sup>76</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: Direito de Família*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 6. p. 402.

### **3 A POSSÍVEL APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA AO ABANDONO DOS ADOTANDOS**

Antes de dar prosseguimento ao trabalho, é necessário salientar que o retorno aos abrigos dos adotandos após o período de estágio de convivência, durante essa guarda provisória, pode ser comparado com o abandono afetivo pelas famílias, sendo, dessa forma, mais uma caracterização de abandono que gera reflexos significantes na vida durante o crescimento do infante, gerando, atualmente, várias discussões.

Tem sido muito comum no Judiciário, conforme será exposto a seguir, casais que se cadastram para a adoção, passando por uma série de quesitos, já que se trata de um procedimento moroso, justamente para atestar a sua real intenção. Assim, durante o estágio de convivência cujo prazo é estipulado pelo juiz, desistem de concluir sem apresentar os motivos que os fizeram tomar a decisão, onde a criança se encontra em situação de abandono, violando os seus direitos, acreditando que foi rejeitada novamente.

No entanto, havendo abandono afetivo, existe uma afronta ao princípio da dignidade da pessoa humana, princípio inerente a todos os seres humanos, previsto na Constituição Federal de 1988.

#### **3.1 A RELAÇÃO ENTRE A DEVOLUÇÃO E A NÃO OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

Conforme já tratado previamente, não existe uma fórmula exata que permita conceituar a dignidade da pessoa humana. “Sua essência é difícil de ser capturada em palavras, mas incide sobre uma infinidade de situações que dificilmente se podem elencar de antemão.”<sup>77</sup>

Segundo Cleber Affonso Angeluci, a formação humana traz consigo a dignidade da pessoa de forma plena:

“Somente possibilitando o aprendizado sadio das experiências da vida, o processo de formação humana poderá atingir seu ápice final: a conquista da dignidade da pessoa e seu auto-reconhecimento como pessoa com plena

---

<sup>77</sup> SARMENTO, Daniel. *A ponderação de interesses na Constituição Federal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000. p. 58.

dignidade.”<sup>78</sup>

Assim, é possível aferir que é no decorrer da infância e juventude que é gerado o conhecimento sobre a realidade, as sensações, os direitos, gerando reflexos irretratáveis na fase adulta.

Sendo complementado pelos demais princípios que dizem respeito à formação da criança e do adolescente, o princípio da dignidade da pessoa humana é tido como base para os demais, sabendo que a formação humana é acompanhada da conquista dessa dignidade.

Dessa forma, no que diz respeito aos adotantes que acolheram o infante, é necessário proporcionar a eles a dignidade da pessoa humana no decorrer de sua formação e desenvolvimento, o que é obrigatório no exercício do poder familiar. Isto posto, “destacam-se o dever de convívio, de cuidado, de criação e educação dos filhos, vetores que, por óbvio, envolvem a necessária transmissão de atenção e o acompanhamento do desenvolvimento sócio-psicológico da criança.”<sup>79</sup>

Destarte, para que seja caracterizado um abandono afetivo, deve-se aferir a situação em questão, “uma vez que nem toda situação que cause sentimentos ruins é merecedora de tutela, mas tão somente, aquelas que atinjam a dignidade da pessoa humana em qualquer de seus desdobramentos.”<sup>80</sup> O descumprimento do dever e convívio possui a relevância necessária, que caracteriza o abandono afetivo, atingindo a criança e o adolescente em seu íntimo, gerando reflexos na formação de sua personalidade.

A ministra Nancy Andrighi, em seu voto do Recurso Especial n. 1.159.242 – SP, trata do tema da seguinte forma:

“Vê-se hoje nas normas constitucionais a máxima amplitude possível e, em paralelo, a cristalização do entendimento, no âmbito científico, do que já era empiricamente percebido: o cuidado é fundamental para a formação do

<sup>78</sup> ANGELUCI, Cleber Affonso. *Abandono afetivo: considerações para a constituição da dignidade da pessoa humana*, 2006. Disponível em <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=930](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=930)>. Acesso em: 28 jul.2016.

<sup>79</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. *Resp n. 1.159.242/SP*. Terceira Turma. Relatora: Min. Nancy Andrighi. Brasília, 24 de abril de 2012. p. 7. Disponível em: <<http://s.conjur.com.br/dl/acordao-abandono-afetivo.pdf>>. Acesso em 28 jul. 2016.

<sup>80</sup> PORTUGAL, Manuela Botelho. *Responsabilidade civil por abandono afetivo*, 2012. Disponível em: <[http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos\\_conclusao/1semestre2012/trabalhos\\_12012/manuelabotelhoportugal.pdf](http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos_conclusao/1semestre2012/trabalhos_12012/manuelabotelhoportugal.pdf)> Acesso em: 28 jul. 2016.

menor e do adolescente; ganha o debate contornos mais técnicos, pois não se discute mais a mensuração do intangível – o amor – mas, sim, a verificação do cumprimento, descumprimento, ou parcial cumprimento, de uma obrigação legal: cuidar.”<sup>81</sup>

De forma semelhante, o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí julgou da seguinte forma:

“CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. FAMÍLIA. ABANDONO AFETIVO. COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL. POSSIBILIDADE. 1. Inexistem restrições legais à aplicação das regras concernentes à responsabilidade civil e o consequente dever de indenizar/compensar no Direito de família. 2. **O cuidado como valor jurídico objetivo está incorporado no ordenamento jurídico brasileiro não com essa expressão, mas com locuções e termos que manifestam suas diversas desinências, como se observa do art. 227 da CF/88.** 3. **Comprovar que a imposição legal de cuidar da prole foi descumprida implica em se reconhecer a ocorrência de ilicitude civil, sob a forma de omissão. Isso porque o non facere, que atinge um bem juridicamente tutelado, leia-se, o necessário dever de criação, educação e companhia - de cuidado - importa em vulneração da imposição legal, exsurgindo, daí, a possibilidade de se pleitear compensação por danos morais por abandono psicológico.** 4. Apesar das inúmeras hipóteses que minimizam a possibilidade de pleno cuidado de um dos genitores em relação à sua prole, existe um núcleo mínimo de cuidados parentais que, para além do mero cumprimento da lei, garantam aos filhos, ao menos quanto à afetividade, condições para uma adequada formação psicológica e inserção social. 5. A caracterização do abandono afetivo, a existência de excludentes ou, ainda, fatores atenuantes - por demandarem revolvimento de matéria fática - não podem ser objeto de reavaliação na estreita via do recurso especial. 6. Recurso Conhecido e Provido. 7. Votação Unânime.

(TJ-PI - AC: 00017611820078180140 PI 201200010014128, Relator: Des. José James Gomes Pereira, Data de Julgamento: 04/09/2013, 2ª Câmara Especializada Cível, Data de Publicação: 17/09/2013)”<sup>82</sup> **Grifo nosso.**

Pode-se aferir que as mesmas medidas podem ser tomadas no que se trata de adoção, visto que a partir do momento em que se manifesta a vontade de se formar uma família, e dão início aos procedimentos para a adoção, como o cadastro, encontros psicossociais, estágio de convivência, entre outros, há a equiparação ao dever de cuidado, obrigatório em famílias biológicas.

<sup>81</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. *Resp n. 1.159.242/SP*. Terceira Turma. Relatora: Min. Nancy Andrighi. Brasília, 24 de abril de 201. p. 7. Disponível em: <<http://s.conjur.com.br/dl/acordao-abandono-afetivo.pdf>> Acesso em: 28 jul.2016.

<sup>82</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça. Apelação Cível. *AC n. 00017611820078180140 PI 201200010014128*. Segunda Câmara Especializada Cível. Relator: Des. José James Gomes Pereira. Brasília, 04 de Setembro de 2013. Disponível em <<http://tj-pi.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/294139335/apelacao-civel-ac-17611820078180140-pi-201200010014128>>. Acesso em 31 jul. 2016.

### 3.2 A COMPARAÇÃO ENTRE ABANDONO AFETIVO E DEVOLUÇÃO

Ainda que a adoção seja concretizada após o trânsito em julgado, como já foi exposto, tendo todos os efeitos após o término do processo, o dever de cuidado deve ser manifestado também no estágio de convivência, no que se trata de crianças e adolescentes, amparados pelo princípio da proteção integral e da dignidade da pessoa humana.

Assim, sabendo que o afeto é fundamental para a formação da dignidade da pessoa humana, bem como a formação de sua personalidade, o retorno aos abrigos sem motivos plausíveis gera danos irreversíveis para a formação da criança e do adolescente, cabendo, posteriormente, uma provável ação de reparação de danos.

O fato de os possíveis adotantes ocasionarem o retorno do infante aos abrigos constitui uma clara omissão do dever de cuidado, sabendo que, ainda após o convívio intenso com a criança, optam por não concretizarem a adoção, ocorrendo a chamada “devolução” da criança ou do adolescente. Assim, mais uma vez, ela se vê em situação de abandono, onde a sua dignidade e proteção foram esquecidas por completo, como entende a seguinte jurisprudência:

“AÇÃO CIVIL PÚBLICA - INDENIZAÇÃO - DANO MATERIAL E MORAL - ADOÇÃO - DESISTÊNCIA DE FORMA IMPRUDENTE PELOS PAIS ADOTIVOS - PRESTAÇÃO DE OBRIGAÇÃO ALIMENTAR DEFERIDA - DANO MORAL NÃO CONFIGURADO - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

**- A adoção tem de ser vista com mais seriedade pelas pessoas que se dispõe a tal ato, devendo estas ter consciência e atitude de verdadeiros "pais", que pressupõe a vontade de enfrentar as dificuldades e condições adversas que aparecerem em prol da criança adotada, assumindo-a de forma incondicional como filho, a fim de seja construído e fortalecido o vínculo filial.**

- Inexiste vedação legal para que os futuros pais desistam da adoção quando estiverem com a guarda da criança. Contudo, cada caso deverá ser analisado com as suas particularidades, com vistas a não se promover a "coisificação" do processo de guarda.

**- O ato ilícito, que gera o direito a reparação, decorre do fato de que os requeridos buscaram voluntariamente o processo de adoção do menor, deixando expressamente a vontade de adotá-lo, obtendo sua guarda durante um lapso de tempo razoável, e, simplesmente, resolveram devolver imotivadamente a criança, de forma imprudente, rompendo de forma brusca o vínculo familiar que expuseram o menor, o que implica no abandono de um ser humano.** Assim, considerando o dano decorrente da assistência material ceifada do menor, defere-se o pedido de condenação dos requeridos ao pagamento de obrigação alimentar ao menor, enquanto viver, em razão da doença irreversível que o

acomete. - Inexistindo prejuízo à integridade psicológica do indivíduo, que interfira intensamente no seu comportamento psicológico causando aflição e desequilíbrio em seu bem estar, por não ter o menor capacidade cognitiva neurológica de perceber a situação na qual se encontra, indefere-se o pedido de indenização por danos morais. (Des<sup>a</sup> Hilda Teixeira da Costa) Ação civil pública - Ministério Público - Legitimidade ativa - Processo de adoção - Desistência - Devolução da criança após significativo lapso temporal - Indenização por dano moral - Ato ilícito configurado - Cabimento - Obrigação alimentar - Indeferimento - Nova guarda provisória - Recurso ao qual se dá parcial provimento.”<sup>83</sup> Grifo nosso.

Em contrapartida, em alguns casos, as crianças ou adolescentes não desejam ser adotados, praticando atos para que retornem aos abrigos, onde as famílias desistem de concretizar a adoção. Outras vezes, os próprios adotados buscam testar os seus futuros pais, de forma a estarem certos de que não serão abandonados novamente, realizando atitudes que ocasionam seu retorno, de forma proposital.<sup>84</sup>

Contudo, na maior parte das vezes, não existem justificativas razoáveis para a desistência da concretização do ato da adoção. A lei não exige que se justifique o motivo pelo qual não deseja mais adotar a determinada criança ou adolescente, e isso faz com que muitos desistam nas etapas mais próximas do final do processo.

Muitas vezes os adotantes nem sequer buscam uma reparação de seus problemas por outros meios, buscando um vínculo de afeto com o infante de forma a resolver os problemas, optando, dessa forma, pelo meio que lhes é mais conveniente, que seria a devolução da criança ou adolescente.

Assim, as consequências são única e exclusivamente direcionadas somente ao infante, de modo que buscam justificativas para terem sido abandonados novamente, causando prejuízos psicológicos e em sua formação. A principal vítima desse ato é a criança e o adolescente, que por muitas vezes obteve um vínculo de afetividade, e esperanças de possuir e ser acolhido por uma família.

<sup>83</sup> MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Apelação Cível. AC n. 1.0481.12.000289-6/002. Segunda Câmara Cível. Relatora: Desembargadora Hilda Teixeira da Costa. Belo Horizonte, 12 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/135608610/apelacao-civel-ac-10481120002896002-mg>>. Acesso em: 01 set. 2016.

<sup>84</sup> SOUZA, Cláudia Maria Gazola de. *A devolução da criança durante o estágio de convivência sob a perspectiva da SEFAM*. Entrevista concedida a Clareana de Moura. Brasília: Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal e Territórios, 2016.

Já os adotantes, sujeitos que ocasionaram tamanho dano à criança ou adolescente, não sofrem qualquer tipo de consequência jurídica por realizar tal ato. Ao optarem pela solução mais cômoda de algum problema, permanecem ilesos sem que restituam a lesão a criança que foi menosprezada.

Assim, é adequado aplicar o instituto da responsabilidade civil. Ainda que seja entendido como um dano irreparável, é cabível na forma de compensação, “haja vista a impossibilidade de restauração do *status quo ante* e atuará, indiretamente, como punição ao ofensor e desmotivação social da conduta lesiva.”<sup>85</sup>

“Dessa forma, o dano à dignidade humana do filho em estágio de formação deve ser passível de reparação material, não apenas para que os deveres parentais deliberadamente omitidos não fiquem impunes, mas, principalmente, para que, no futuro, qualquer inclinação ao irresponsável abandono possa ser dissuadida pela firme posição do judiciário ao mostrar que o afeto tem um preço muito alto na nova configuração familiar.”<sup>86</sup>

Ainda que se trate de uma conduta prevista no ordenamento, sem qualquer punição, é necessário avaliar o sofrimento emocional e psicológico da criança ou adolescente, visto que criaram-se expectativas de que o ato seria concretizado. Além disso, ainda que o prazo estipulado não seja longo, é suficiente para que sejam criados vínculos de afetividade.

Deve-se, contudo, observar os casos realmente ensejadores de uma possível reparação civil, que afetam os direitos de personalidade da criança ou do adolescente, passando por análises de caso a caso para caracterizar o abandono propriamente dito. Segundo Manuela Botelho Portugal, “tal postura ampliaria excessivamente o conceito de danos indenizáveis e acarretaria a patrimonialização das relações familiares, as quais devem ser pautadas pelo afeto.”<sup>87</sup>

---

<sup>85</sup> GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de Direito Civil*: abrangendo o Código de 1916 e o novo Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2004. v. 3. p. 23.

<sup>86</sup> MADALENO, Rolf. *O preço do afeto*. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 169

<sup>87</sup> PORTUGAL, Manuela Botelho. *Responsabilidade civil por abandono afetivo*, 2012. Disponível em: <[http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos\\_conclusao/1semestre2012/trabalhos\\_12012/manuelabotelhoportugal.pdf](http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos_conclusao/1semestre2012/trabalhos_12012/manuelabotelhoportugal.pdf)> Acesso em: 28 jul. 2016.

### 3.3 ENTREVISTA NA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Com a finalidade de expor o assunto a respeito do retorno das crianças e adolescentes aos abrigos, foi feita uma pesquisa, junto à Vara da Infância e da Juventude para analisar as fases para a adoção ser concretizada e uma entrevista que será transcrita nesse capítulo com Cláudia Maria Gazola de Souza, que trabalha no Tribunal de Justiça há 30 anos, e possui amplo conhecimento a respeito desses casos e com Niva Maria Vasques Campos, também servidora, psicóloga e supervisora substituta da Seção de Colocação em Família Substituta - SEFAM. A entrevista teve como base um questionário previamente formulado, de forma a destacar os principais assuntos. Foi gravada em áudio e transcrita posteriormente.

Para dar início ao processo de adoção, faz-se a habilitação dos interessados. Após coletadas todas as informações referentes às pessoas que desejam se habilitar, há a instauração do processo, por meio da Defensoria Pública ou advogado particular, havendo, posteriormente, um parecer do Ministério Público e um despacho, determinando a elaboração de estudo técnico pela equipe multidisciplinar. O processo é encaminhado para a SEFAM, para a sua elaboração, e, posteriormente, encaminhado ao Ministério Público, que emite o seu parecer e então é encaminhado ao Juiz para seu deferimento ou indeferimento para compor a lista de cadastrados.

Iniciado o processo de adoção, é apresentada a criança ou adolescente aos habilitados, caso esteja elencada no perfil dos futuros adotantes, de forma que é estabelecido o estágio de convivência, e o acolhimento provisório da criança ou adolescente pela família. Nesse período, dá-se início ao processo de adoção, por meio da Defensoria Pública ou advogado, com a autuação pela Vara da Infância e da Juventude. Nessa fase não há um prazo legal determinado, podendo os adotantes permanecerem com essa guarda além do tempo estipulado pelo Juiz, caso ele entenda necessário.

Após habilitados, com o processo de adoção já instaurado, existe novamente o acompanhamento da SEFAM em toda essa fase, elaborando estudos técnicos periódicos, de forma a auxiliar na fundamentação da sentença que o Juiz irá proferir, após outro parecer do Ministério Público. Caso haja o deferimento da



adoção, agora sim, torna-se um ato irrevogável e é elaborado um novo registro civil.

Segundo Cláudia Maria Gazola de Souza, cada criança abrigada possui um acompanhamento próprio:

“Durante todo esse processo, cada criança tem uma pasta, a chamada Pasta Especial. Nessa pasta tem toda a sua história, quando foi abrigada, porque foi colocada para a adoção. Toda criança tem um plano de abrigo que tentou trabalhar com aquela família. Após os 18 anos, elas podem ter acesso a essa Pasta Especial.”<sup>88</sup>

Segundo os dados coletados na Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal, em 15/02/2016 havia 532 famílias habilitadas para a adoção, e 89 crianças cadastradas. Isso se dá pelo fato da maioria das famílias optarem por adotar crianças de até 3 anos. Entretanto, apenas 17 crianças cadastradas para a adoção possuem de 0 a 10 anos, o que restringe essa estimativa.

Sobre o tempo que o processo de adoção dura após iniciado, Cláudia diz que é muito difícil determinar:

“O casal, depois de habilitado, tem o estágio de convivência, que é uma guarda provisória da criança. São convidados a participarem de cursos e grupos com as famílias que adotaram crianças nessa faixa etária durante esse período. [...] Depois, o processo é distribuído para a equipe para fazer um estudo, que não tem um prazo fixado pelo juiz. Quando o estudo está pronto, se tiver [sic] tudo certo, é homologada a adoção. A partir daí, é irrevogável.”<sup>89</sup>

E completa ainda: “A equipe técnica pode entender que o estágio de convivência possa ser mais comprido.”<sup>90</sup>

Quanto ao perfil mais procurado pelos adotantes e a idade que eles buscam, foi atestado o que foi exposto pelos índices e estatísticas: “As pessoas aceitam entre 0 e 5 anos. Os bebês sempre são adotados mais rápido. Existem

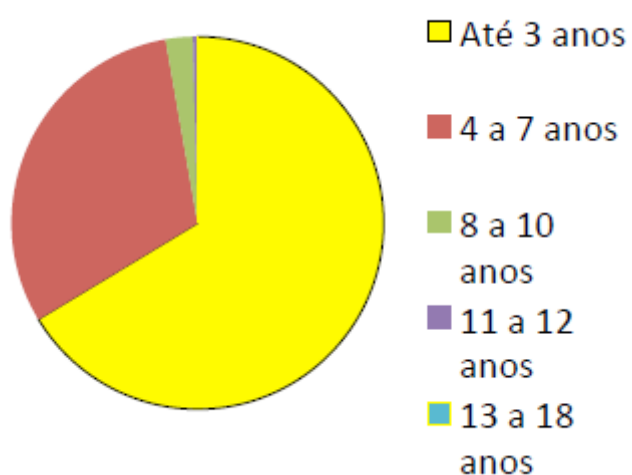
<sup>88</sup> SOUZA, Cláudia Maria Gazola de. *A devolução da criança durante o estágio de convivência sob a perspectiva da SEFAM*. Entrevista concedida a Clareana de Moura. Brasília: Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal e Territórios, 2016.

<sup>89</sup> SOUZA, Cláudia Maria Gazola de. *A devolução da criança durante o estágio de convivência sob a perspectiva da SEFAM*. Entrevista concedida a Clareana de Moura. Brasília: Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal e Territórios, 2016.

<sup>90</sup> SOUZA, Cláudia Maria Gazola de. *A devolução da criança durante o estágio de convivência sob a perspectiva da SEFAM*. Entrevista concedida a Clareana de Moura. Brasília: Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal e Territórios, 2016.

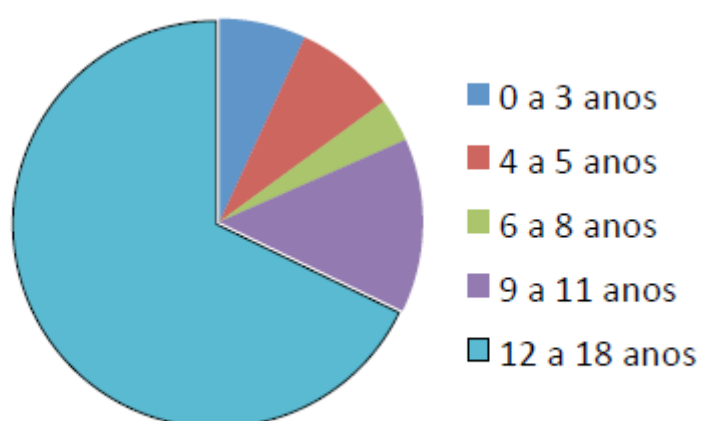
especificidades em cada processo.”<sup>91</sup>

Gráfico 1 - Total de famílias habilitadas no DF



Fonte: Vara da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Gráfico 2 - Crianças e adolescentes cadastrados para adoção no DF



Fonte: Vara da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e

<sup>91</sup> SOUZA, Cláudia Maria Gazola de. *A devolução da criança durante o estágio de convivência sob a perspectiva da SEFAM*. Entrevista concedida a Clareana de Moura. Brasília: Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal e Territórios, 2016.

## Territórios

Quando foi adentrado no assunto do abandono afetivo, a respeito do medo de serem abandonadas novamente, foi dito:

“As crianças se adaptam muito fácil, se vinculam muito rápido, por isso elas acreditam que a adoção será concretizada. Às vezes ocorre um certo medo de serem abandonadas, quando já tentou reintegrar várias vezes. A primeira solução é buscar na própria família biológica.”<sup>92</sup>

A formação e o rendimento das crianças são prejudicados, além da ofensa à moral e dignidade dos infantes:

“Criam uma situação de reviver o abandono anterior, às vezes mesmo que não tenham nem a fala, tem as memórias de serem separados de sua mãe biológica. É a figura de ligação, que John Bolbe fala em seu livro ‘Teoria do apego’. A criança quando vem ao mundo geralmente tem a mãe biológica, ou a pessoa que cuida dela como referência entre ela e o mundo, é a figura de ligação. Essa figura cria uma paz cuidadora, criando que **[sic]** quando mais cuidada, mais segura ela estará. A criança vai explorar o mundo na medida em que está segura nessa figura de ligação. Consegue se arriscar, quanto mais protegida ela está. Se as crianças não tiveram isso, podem criar com as outras pessoas um apego inseguro, dificuldade de confiar, os adultos que lidaram não foram protetivos. Ela pode não superar essa dificuldade. Serão crianças com mais dificuldade de relacionamentos, de confiar nos outros.”<sup>93</sup>

Ainda diante de tamanha experiência no assunto, não acredita haver justificativas comuns para a devolução, havendo, caso a caso, um motivo diferente.

“O exercício da adoção é um exercício exaustivo. Por isso, muitas vezes, há esse retorno. Também pode ser justificado por conta das adoções inter-raciais, que é outra questão, pois após a adoção percebem que a criança não parece tanto com a pessoa. Além disso, os juízes geralmente querem habilitar a maior parte das pessoas, e a gente faz um afunilamento. Geralmente acontece em adoções tardias.”<sup>94</sup>

Outro problema que contribui para o alargamento do tempo em um

<sup>92</sup> CAMPOS, Niva Maria Vasques. *A devolução da criança durante o estágio de convivência sob a perspectiva da SEFAM*: entrevista concedida a Clareana de Moura. Brasília: Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal e Territórios, 2016.

<sup>93</sup> CAMPOS, Niva Maria Vasques. *A devolução da criança durante o estágio de convivência sob a perspectiva da SEFAM*: entrevista concedida a Clareana de Moura. Brasília: Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal e Territórios, 2016.

<sup>94</sup> SOUZA, Cláudia Maria Gazola de. *A devolução da criança durante o estágio de convivência sob a perspectiva da SEFAM*: entrevista concedida a Clareana de Moura. Brasília: Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal e Territórios, 2016.

processo de adoção é a carência de servidores capacitados para a realização dos estudos técnicos:

“Os estudos técnicos não saem imediatamente após o estágio de convivência, pelo fato de não haver uma grande equipe de técnicos para a demanda, o que, na minha opinião [sic], protegeria a criança. Muitas vezes demoram vários meses, pois existe ainda a destituição do poder familiar para o processo ser concluído. O processo de destituição deve estar terminado. Muitas crianças são cadastradas para a adoção antes de o processo ser concluído. Muitas vezes a família está imatura para concretizar a adoção, e retornam.”<sup>95</sup>

Quando exposta a comparação deste trabalho, com os princípios inerentes ao infante, a servidora diz:

“Aqui na Vara da Infância, não é comum, nesses casos, a condenação por abandono afetivo. O Ministério Público pode requerer. Acredito que esse abandono poderia ser uma afronta ao princípio da dignidade da pessoa humana e da doutrina da proteção integral.”<sup>96</sup>

E diz ainda: “Quando acontece aqui, não recebem nenhuma punição, e sim, uma reavaliação da equipe. Reveem esse perfil deles.”<sup>97</sup>

Com efeito, a entrevista em questão reafirmou o que se pretenda averiguar no presente trabalho: é clara a ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana, bem como aos demais princípios que integram a proteção do infante, quando há um retorno de forma injustificada aos abrigos, desrespeitadas as suas condições, causando ofensas à sua moralidade.

---

<sup>95</sup> SOUZA, Cláudia Maria Gazola de. *A devolução da criança durante o estágio de convivência sob a perspectiva da SEFAM*: entrevista concedida a Clareana de Moura. Brasília: Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal e Territórios, 2016.

<sup>96</sup> CAMPOS, Niva Maria Vasques. *A devolução da criança durante o estágio de convivência sob a perspectiva da SEFAM*: entrevista concedida a Clareana de Moura. Brasília: Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal e Territórios, 2016.

<sup>97</sup> SOUZA, Cláudia Maria Gazola de. *A devolução da criança durante o estágio de convivência sob a perspectiva da SEFAM*: entrevista concedida a Clareana de Moura. Brasília: Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal e Territórios, 2016.

## CONCLUSÃO

Sabendo que a adoção encontra fundamentação nos princípios norteadores da proteção da criança, sobretudo a doutrina da proteção integral, e a dignidade da pessoa humana, com a principal finalidade de proteção às crianças e adolescentes, foi necessário atestar no presente trabalho as eventuais omissões existentes na lei, que possibilitam um futuro prejuízo ao infante.

Uma dessas importantes omissões trata do retorno dos infantes aos abrigos de forma injustificada, ainda que haja um vínculo afetivo já estabelecido entre eles e os seus futuros adotantes. Durante as fases de estágio de convivência e a eventual guarda que é recebida, há uma despreocupação com o melhor interesse do menor e sua proteção integral, visto que muitas vezes são “devolvidos”, sem que haja maiores preocupações aos adotantes, havendo claros prejuízos morais as crianças e adolescentes.

Aqui deve ser considerado que o processo de adoção possibilita uma melhor avaliação dos adotantes habilitados, para que haja a certeza de que desejam continuar com o procedimento que eles mesmos iniciaram, visto que demanda certo tempo antes que seja criado um vínculo e formada uma família, que com a devolução é desfeita.

É evidente que em alguns casos há uma justificativa da extrema dificuldade de introduzir o infante a uma família substituta, muitas vezes por sua própria vontade, onde o abandono afetivo poderia não ser configurado.

De acordo com as entrevistas obtidas para a explanação desse conteúdo, o infante que foi incluído em família substituta e, posteriormente, retorna ao abrigo, demonstra prejuízos em sua fase adulta, como a incapacidade de confiar, amadurecer e dificuldade em seus relacionamentos interpessoais, além de outros danos específicos a cada pessoa.

Por isso é atestado por meio das jurisprudências expostas, que alguns juízes aceitam a configuração de danos morais, condenando os adotantes a alguma provável reparação de forma a compensar os danos sofridos.

Passa-se a entender, por meio dessa pesquisa, que não é possível uma

devolução injustificada com claros danos psicossociais ao infante, para romper todo e qualquer vínculo de afeto que se teve com ele, sem futuras consequências.

Em vista disso, é concebível aplicar uma reparação de danos, a fim de compensar os prejuízos sofridos pelo infante, e finalmente, torná-lo um cidadão protegido por todos os princípios que fundamentam o direito da criança e do adolescente.

## REFERÊNCIAS

AMIN, Andréa Rodrigues. *Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

ANGELUCI, Cleber Affonso. *Abandono afetivo: considerações para a constituição da dignidade da pessoa humana*, 2006. Disponível em <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=930](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=930)>. Acesso em: 28 jul.2016.

BITTENCOURT, Sávio. *A nova lei de adoção: do abandono à garantia do direito à convivência familiar e comunitária*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

BORDALHO, Galdino Augusto Coelho. *Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

BRASIL, *Código Civil*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRASIL, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL, *Estatuto da criança e do adolescente*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. *Resp n. 1.159.242/SP*. Terceira Turma. Relatora: Min. Nancy Andrichi. Brasília, 24 de abril de 2012. Disponível em: <<http://s.conjur.com.br/dl/acordao-abandono-afetivo.pdf>>. Acesso em 28 jul. 2016.

BRASIL. Tribunal de Justiça. Apelação Cível. *AC n. 00017611820078180140 PI 201200010014128*. Segunda Câmara Especializada Cível. Relator: Des. José James Gomes Pereira. Brasília, 04 de Setembro de 2013. Disponível em <<http://tj-pi.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/294139335/apelacao-civel-ac-17611820078180140-pi-201200010014128>>. Acesso em 31 jul. 2016.

CAMPOS, Niva Maria Vasques. *A devolução da criança durante o estágio de convivência sob a perspectiva da SEFAM: entrevista concedida a Clareana de Moura*. Brasília: Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal e Territórios, 2016.

CARVALHO, Dimas Messias de. *Direito das famílias*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das famílias*. 4. ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2007.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de Direito Civil: abrangendo o Código de 1916 e o novo Código Civil*. São Paulo: Saraiva, 2004. v. 3.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito de família*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 6.

GRANATO, Eunice Ferreira Rodrigues. *Adoção: doutrina e prática com abordagem do novo Código Civil*. Curitiba: Juruá, 2003.

LÔBO, Paulo. *Famílias: direito civil*. São Paulo: Saraiva, 2008.

MACHADO, Martha de Toledo, *A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos*. São Paulo: Manole, 2003.

MADALENO, Rolf. *O preço do afeto*. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

MANERICK, Rosa Maria dos Santos. *O princípio fundamental da dignidade da pessoa humana e sua efetividade no direito de família*, 2006. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Artigo%20Rosa%20Maria%20dos%20Santos%20Manerick.pdf>> Acesso em: 27 jul. 2016.

MAZZILLI, Hugo Nigro. *Notas sobre a adoção*, 1990. Disponível em: <<http://www.mazzilli.com.br/pages/artigos/adocaort.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de direito constitucional*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Apelação Cível. AC n. 1.0481.12.000289-6/002. Segunda Câmara Cível. Relatora: Desembargadora Hilda Teixeira da Costa. Belo Horizonte, 12 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/135608610/apelacao-civel-ac-10481120002896002-mg>>. Acesso em: 01 set. 2016.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Princípios fundamentais norteadores do direito de família*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

PORTUGAL, Manuela Botelho. *Responsabilidade civil por abandono afetivo*, 2012. Disponível em: <[http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos\\_conclusao/1semestre2012/trabalhos\\_12012/manuelabotelhoportugal.pdf](http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos_conclusao/1semestre2012/trabalhos_12012/manuelabotelhoportugal.pdf)> Acesso em: 28 jul. 2016.

RIZZARDO, Arnaldo. *Direito de família*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

SARMENTO, Daniel. *A ponderação de interesses na Constituição Federal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

SILVA, Plácido e. *Vocabulário jurídico*. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

SOUZA, Cláudia Maria Gazola de. *A devolução da criança durante o estágio de convivência sob a perspectiva da SEFAM: entrevista concedida a Clareana de*



Moura. Brasília: Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal e Territórios, 2016.

TAVARES, José de Faria. *Direito da infância e da juventude*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

VELOSO, Zeno. *Direito Brasileiro da filiação e paternidade*. São Paulo: Malheiros, 1997.

VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito Civil: direito de família*, 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

WALD, Arnaldo. *O novo direito de família*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.